

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Crédito para Agricultura Familiar

Período de Análise: 01/06/2012 a 30/06/2012

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Índice

Acampamento na Esplanada. Gilvado Barbosa – O Globo. 05/06/2012	3
Microcrédito e superação da pobreza. Marcelo Cortes Neri – Valor Econômico. 26/06/2012	3
Preservação ambiental terá mais crédito. Cláudio Angelo – Folha de São Paulo, Mercado. 27/06/12	5
Plano de safra terá mais recursos e menos juros. Tarso Veloso – Valor Econômico. 27/06/2012	6
Segmento pesqueiro pede incentivos ao governo – Valor Econômico. 27/06/2012	7
Crédito a juro controlado aumenta na safra 2012/13. Tarso Veloso, Yvna Sousa e Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 29/06/2012	8
Governo disponibiliza mais recursos para produção sustentável – Site do MAPA. 28/06/2012	9
Mais apoio ao médio produtor rural. Fernando Lopes – Valor Econômico. 29/06/2012	10
Governo vai ampliar os recursos para agricultura. Folha de São Paulo, Mercado. 30/06/2012	12

Acampamento na Esplanada. Gilvado Barbosa – O Globo. 05/06/2012

Agricultores do Movimento Camponês Popular (MCP) em acampamento em frente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Segundo o movimento, são 3.500 camponeses. O protesto faz parte da Jornada de Lutas em Defesa da Agricultura Camponesa e do Meio

Ambiente e deve continuar até amanhã. A pauta de reivindicações a ser apresentada ao governo contém 16 itens, incluindo soluções para inadimplência no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

e problemas decorrentes da seca.

Microcrédito e superação da pobreza. Marcelo Cortes Neri – Valor Econômico. 26/06/2012

O binômio alta taxa de juros e escassez de crédito é central entre os problemas brasileiros como a desigualdade inercial e a inflação crônica no passado. O crédito não é só caro e raro aqui mas é de curto prazo e chega mais ao consumidor e a alta renda. Portanto, o crédito produtivo popular, apelidado de microcrédito, nas quantidades, taxas e prazos desejados é a antítese do cenário tupiniquim.

Nem sempre alta dos juros cobrados leva a aumento do retorno esperado pelos bancos e, portanto, a mais oferta de crédito. Informação assimétrica entre emprestadores e tomadores faz com que juros mais altos atraiam para filas dos bancos piores tomadores e/ou de piores projetos. Este é o principal obstáculo a ser superado. As pontes são grupos solidários, colaterais alternativos, empréstimos crescentes e agentes de crédito.

Adicionando mistério ao microcrédito nacional. O crédito produtivo popular orientado se difundiu mais nas cidades e campo do Nordeste com os programas regionais e federais Crediamigo e Agroamigo. Mas a fim de considerar virtude o financiamento de nova riqueza produtiva na velha pobreza nordestina é preciso que o crédito produtivo permita que as boas oportunidades de negócios floresçam, e que as más não.

Na família, ajudar não é opção. Já amigo e crédito pressupõem troca e devem ser escolhidos

A qualidade do Crediamigo foi comprovada nos prêmios concedidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Mix Market, maior agência de rating da América Latina, como o melhor programa do continente. Tive recentemente a oportunidade de ouvir da princesa Máxima da Holanda, embaixadora de microfinanças da ONU, referências elogiosas a ele, isso quando o microcrédito cai em descrédito global em função da crise indiana no setor. A qualidade do Crediamigo era enxergada pelos olhos externos mas não chegava às retinas nacionais. Isso começa a mudar. Desde 2011 o modelo do Crediamigo prospera em escala nacional nos grandes bancos federais por meio do programa Crescer.

Escrevi em 2008 o livro, citado abaixo, sobre a expansão do Crediamigo nas cidades do Nordeste. O programa atinge em 2012 1,2 milhão de clientes, triplicando em quatro anos. Cobre mais de 2/3 do mercado nacional público e privado de crédito produtivo orientado. Mesmo depois das crises externas observamos taxas de atraso inferiores a 2%, demonstrando qualidade do ponto de vista dos emprestadores. Havia ganhos dos tomadores e as boas notícias continuam, crescimento real de 13% ao ano no lucro dos clientes, apenas 2% dos clientes não pobres entraram na pobreza e 60% das pessoas pobres saíram da pobreza.

O desafio maior do Crediamigo não é transformar para melhor a vida dos pobres mas chegar aos mais pobres dos pobres. A presença relativa do programa entre os clientes inicialmente pobres era metade daquela observada entre os microempresários urbanos nordestinos. O programa possui especial capacidade de chegar à numerosa classe D nordestina e ajudar a transformá-la em classe C.

A criação do programa Comunidade, linha tipo Village Banking com grupos de empréstimos maiores de 25 em vez dos grupos tradicionais de 5 tomadores e a exploração de sinergias com os beneficiários do Bolsa Família apontam ao norte da pobreza. Mas a principal ação nessa direção foi estender a metodologia de crédito orientado ao Agroamigo atuante na área rural. Microempresário rural é bolsão de pobreza nacional. Em particular, depois que o programa incorporou a metodologia de agentes de crédito e sofreu forte expansão, chegando a 90% do microcrédito rural.

Amostra recente que acompanha 42 mil clientes do Agroamigo ao longo do tempo é reveladora dos impactos nas condições de vida produtiva, e possivelmente familiar, da sua clientela. Avaliamos o impacto do Agroamigo sobre o desempenho dos negócios rurais. Primeiro e mais importante, o lucro teve um ganho nominal de 15,4% no segundo ano em relação ao primeiro, refletindo ganhos acima ao da inflação. Esses resultados estão em linha com os recém publicados pelo grupo liderado por Ricardo Abramovay da USP em livro sobre o Agroamigo.

A análise interativa de variáveis de desenho do programa é fundamental para entender os determinantes dessa evolução, em particular aqueles que podem inspirar upgrades dos programas. O ganho de lucro ao longo do tempo proporcionado pela participação em organização social não é estatisticamente diferente de zero.

Atividades produtivas especializadas apresentam queda relativa de 3,4% vis à vis àquelas diversificadas. Isto sugere a importância de financiamento de atividades não agrícolas no meio rural para diversificar riscos e potencializar a performance do programa e dos pequenos produtores.

O sol, símbolo da solidariedade que dá nome a diversas iniciativas latinas de microcrédito, tem sido implacável no sertão nordestino. Programas sociais tem irrigado as condições de vida locais no auge da seca em curso. Fome, migração e saques não estão sendo colhidos.

Interfaces entre programas compensatórios, como Bolsa Família, e produtivos como o Agroamigo, devem ser potencializadas. Lembrando a máxima: família não se escolhe. Na família e na pobreza, ajudar não é opção. Já amigo e crédito pressupõem troca e devem sempre ser escolhidos.

Marcelo Côrtes Neri, economista-chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas e professor da EPGE/FGV. Autor de A Nova Classe Média (Editora Saraiva), Microcrédito: o Mistério Nordestino e o Grameen Brasileiro (FGV) e Cobertura Previdenciária: Diagnósticos e Propostas (MPS).

Preservação ambiental terá mais crédito. Cláudio Angelo – Folha de São Paulo, Mercado. 27/06/12

Meta do governo é incentivar pequenos produtores a preservar e a recuperar reservas legais que foram desmatadas. Plano Safra para 2013, que será anunciado amanhã por Dilma Rousseff, terá crédito total de R\$ 115,25 bi

O Plano Safra 2013, a ser anunciado amanhã pela presidente Dilma Rousseff, terá reforço a linhas de crédito para recuperação de áreas de preservação permanente e reservas legais desmatadas.

A intenção do governo é pôr para funcionar os dispositivos da medida provisória do Código Florestal, baixada em maio. E mostrar, especialmente para o pequeno produtor, que cumprir a lei, com recuperação de matas ciliares, não tem custo proibitivo.

O plano terá R\$ 115,25 bilhões para a safra 2012/3.

Uma das linhas que receberão reforço, segundo o ministro Pepe Vargas (Desenvolvimento Agrário), é o Pronaf Floresta, um braço do Programa Nacional da Agricultura Familiar destinado especificamente à recuperação de APP (área de preservação permanente) e reserva legal.

Criado há uma década para a Amazônia e só estendido ao país todo no ano passado, o Pronaf Floresta tem juros de 1% ao ano e prazo de pagamento de 12 a 20 anos.

Ele integra uma cesta de linhas de crédito à agricultura familiar, o Pronaf, que terá R\$ 18 bilhões em 2013, R\$ 2 bilhões a mais do que em 2012.

O programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono), do Ministério da Agricultura, terá crédito de R\$ 3,4 bilhões. Ele financia a recuperação de áreas degradadas e a integração lavoura-pecuária-floresta, entre outras atividades que ajudam a fixar gases-estufa no solo e a cortar emissões. Os juros são de 5,5%.

Segundo Derli Dossa, assessor de gestão estratégica do ministério, as regras do novo código deverão aumentar a procura pelo ABC. "Como será permitido recuperar a reserva legal com 50% de espécies exóticas e 50% de nativas, é provável que se queira plantar pinus, eucalipto e outras árvores de interesse econômico."

O ministério tem, ainda, um programa de financiamento de médios produtores, o Pronamp, que inclui entre as atividades passíveis de empréstimo o aflorestamento e o reflorestamento. Essa linha também deve ser reforçada.

RESISTÊNCIA

Nas discussões do código no Congresso, a bancada ruralista tem dito que a recuperação de áreas desmatadas vai onerar pequenos proprietários e inviabilizar a produção em grande parte do país. Por isso, afirmam, as regras de recomposição de APP e reserva legal precisam ser ainda mais flexibilizadas.

O código traz a previsão de que o governo crie um programa de incentivos à recuperação de florestas, que incluiria crédito subsidiado.

O Planalto, porém, quer mostrar no Plano Safra que essas linhas de crédito já estão à disposição dos produtores e que não é preciso esperar a criação do novo programa para aderir às normas da nova lei de florestas.

Plano de safra terá mais recursos e menos juros. Tarso Veloso – Valor Econômico. 27/06/2012

Depois de meses de discussões em torno do impacto da queda taxa básica de juros (Selic) na economia, o governo decidiu reduzir com mais intensidade que o inicialmente previsto as taxas de juros do crédito rural para a safra 2012/13, que "oficialmente" começa no dia 1º de julho.

O novo Plano de Safra, que deverá ser anunciado pelo governo na quinta-feira, deverá reservar um volume de recursos entre R\$ 115 bilhões para a agricultura empresarial, ante os R\$ 107,2 bilhões programados para a temporada 2011/12. O montante da agricultura familiar deverá ficar entre R\$ 18 bilhões e R\$ 22 bilhões, contra os R\$ 16 bilhões da temporada que está terminando.

Em um contexto político de redução de spread e taxas bancárias, o governo decidiu não ficar preso à posição mais "conservadora" do Ministério da Fazenda e reduzir com mais "ímpeto" os juros.

Segundo apurou o **Valor**, a redução de juros vai variar de acordo com o tamanho dos produtores e também alcançará as chamadas linhas especiais de crédito. O corte, que até o fechamento desta edição ainda estava sendo discutido no Ministério da Fazenda, deverá ser de 1,25 ponto percentual nos juros cobrados dos grandes produtores e de 1,25 ponto percentual no caso dos médios. Já os pequenos agricultores, na parte de custeio, devem ter uma redução de 4,5% para 4%.

Hoje, as taxas do crédito rural estão em 6,75% ao ano para os grandes, 6,25% para a "classe média" rural e entre 1,5% e 4,5% para os agricultores familiares. Em linhas específicas a taxa pode variar. O programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), por exemplo, tem taxa fixa de 5,5% ao ano.

A redução dos juros virá acompanhada de medidas como ampliação dos limites individuais de financiamento, criação de novas linhas de crédito e incentivos para a contratação de seguro, além de medidas para estimular a inclusão de mais produtores na agricultura familiar. Fora do Plano de Safra, mas com o lançamento previsto também para os próximos dias, o Ministério da Agricultura prepara um amplo pacote de renegociação setorial de dívidas.

Como o governo previa uma redução menor de juro, os programas especiais de investimento administradas pelo BNDES e pelo Banco do Brasil não sofreriam mudanças, pois já contam com taxas baixas - como, por exemplo, o ABC. Agora, com uma redução mais agressiva, será necessário um reajuste para que os programas não fiquem pouco atrativos. Para aumentar a procura pelo ABC, o governo elevará o volume de recursos e reduzir o juro para 5,25%. No caso do BB, o total disponível deve passar de R\$ 850 milhões para R\$ 1,5 bilhão na próxima safra. O orçamento total destinado ao banco estatal deverá ficar entre R\$ 48 bilhões a R\$ 52 bilhões.

Para dar ênfase aos mecanismos de mitigação de risco, o governo aumentará o teto de cobertura do seguro oficial, o Proagro. Hoje, ele cobre até R\$ 150 mil em crédito e deverá passar a garantir cerca de R\$ 260 mil. A linha "Pronaf Semi-Árido", voltada aos agricultores do Nordeste, terá elevação no limite de financiamento - de R\$ 12 mil para R\$ 18 mil por beneficiário.

O governo também elevará o teto de financiamento individual no crédito rural com juros subsidiados. Atualmente, esse valor é de R\$ 650 mil por beneficiário. O novo teto passará a ser entre R\$ 730 mil a R\$ 760 mil.

O limite de renda bruta para enquadramento do pequeno produtor como agricultor familiar no Pronaf, hoje em R\$ 110 mil por ano, vai passar a aproximadamente R\$ 140 mil. O teto atual é considerado baixo devido ao ritmo acelerado do aumento da renda dos produtores.

Segmento pesqueiro pede incentivos ao governo – Valor Econômico. 27/06/2012

O segmento de piscicultura fará hoje, em Brasília, uma rara mobilização por melhores condições para os pescadores. A Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CNPA) se encontra com o ministro da Pesca e Aquicultura (MPA), Marcelo Crivella, e apresenta uma série de reivindicações com o objetivo de triplicar a movimentação financeira da atividade, estimada em R\$ 1 bilhão por ano. A apresentação será feita durante o Encontro Nacional de Pesca Artesanal e Aquicultura Familiar.

Os representantes dos pescadores querem a criação de um fundo nacional para os pescadores artesanais, com recursos provenientes de royalties dos setores petroquímico e hidrelétrico, além de compensações ambientais. Outra reivindicação é para que os recursos e as decisões do segmento fiquem sob a incumbência exclusiva do MPA.

De acordo com a CNPA, os recursos do fundo nacional serão voltados para a modernização da frota pesqueira e a criação de unidades médicas móveis para atender os profissionais em suas próprias colônias. A CNPA reúne mais de 1,2 milhão de pescadores artesanais em 1,1 mil colônias espalhadas pelo país.

A confederação também reclama que, na ocorrência de acidentes ambientais, como vazamento de petróleo, os pescadores artesanais são obrigados a cessar suas atividades sem, entretanto, receber indenizações por isso. "Outro exemplo é a construção de hidrelétricas, que afetam um grande número de pescadores ao inundar extensas áreas. Quase todos os moradores ou trabalhadores são indenizados, menos os pescadores", afirmou o presidente da CNPA, Abraão Lincoln.

Para Lincoln, é importante que o Ministério da Pesca tenha autonomia para tomar decisões sem depender do aval de outras Pastas. "O problema é que o MPA não tem autonomia institucional. Ele depende de outros ministérios, quando o certo seria somente consultá-los e não pedir a autorização a eles. Se o ministério do Meio Ambiente, por exemplo, decidir que não pode, não pode", disse Lincoln.

O segmento pretende tornar viável um novo "momento" para a pesca a partir das reivindicações. "Confiamos no ministro e queremos melhorar a qualidade do nosso

trabalho. A pesca tem sobrevivido aos trancos e barrancos. Por isso, queremos fechar uma parceria com o governo para mudar esse quadro e aumentar a produção. Para isso, é preciso qualificar o profissional, renovar a frota, oferecer óleo diesel e outros subsídios para os pescadores artesanais", avaliou Abraão Lincoln.

Crédito a juro controlado aumenta na safra 2012/13. Tarso Veloso, Yvna Sousa e Gerson Freitas Jr. – Valor Econômico. 29/06/2012

"O médio produtor não pode continuar espremido entre as políticas para os grandes produtores e para os agricultores familiares", afirmou a presidente Dilma

A safra 2012/13, que começa "oficialmente" neste fim de semana, terá R\$ 115,2 bilhões em recursos para financiar os agricultores empresariais, um aumento nominal de 7,5% em relação à temporada anterior, quando foram disponibilizados R\$ 107 bilhões. É o que prevê o novo Plano Agrícola e Pecuário, apresentado ontem, em Brasília, pela presidente Dilma Rousseff e pelo ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho.

De modo geral, o volume de recursos cresceu em ritmo semelhante ao observado nos últimos anos. Contudo, o novo plano se diferencia pelo aumento da parcela do crédito subsidiado pelo governo, sobretudo via BNDES. Ao todo, as linhas de financiamento com taxas equalizadas saltaram 18%, para R\$ 93,9 bilhões - os R\$ 21,3 bilhões restantes serão ofertados com juros livres, definidos pelo mercado. Além disso, as taxas que incidirão sobre a maior fatia do bolo serão menores do que na temporada passada.

Dos recursos previstos, R\$ 86,9 bilhões são destinados a financiar o custeio (compra de fertilizantes, sementes e defensivos) e os programas de comercialização. Trata-se de um aumento de 8,3% em relação aos R\$ 80,2 bilhões da safra passada. Desse montante, R\$ 70,5 bilhões (ou 81,2%) terão juros controlados, um aumento de 9,9% sobre os pouco mais de R\$ 64,1 bilhões (ou 79,9%) programados na safra passada.

Os recursos para investimentos (máquinas agrícolas, irrigação, armazenagem) cresceram de maneira mais tímida (4,81%), de R\$ 27 bilhões para R\$ 28,3 bilhões. Contudo, a participação dos recursos do BNDES, com juros menores, saltou 24%, de R\$ 16,1 bilhões para R\$ 20 bilhões. Com isso, a fatia da estatal sobre o total de recursos para investimento cresceu de 59,62% para 70,6%.

O governo reduziu o custo de financiamento dos grandes produtores rurais, de 6,75% para 5,5% ao ano. Além disso, o governo elevou em 23% os limites individuais de financiamento - uma reivindicação do segmento. Eles poderão tomar até R\$ 800 mil em linhas de crédito para custeio e R\$ 1,6 milhão para operações de comercialização. Na temporada passada, os tetos eram de R\$ 650 mil e R\$ 1,3 milhão, respectivamente.

Contudo, o governo também afagou os médios produtores, com queda nos juros, aumento nos tetos de financiamento e de renda para participar do programa destinado ao segmento (*ver matéria abaixo*). "O médio produtor não pode continuar espremido entre as políticas para os grandes produtores e para os agricultores familiares", afirmou Dilma Rousseff, durante o seu discurso.

As cooperativas também foram contempladas no novo pacote. A taxa de juros para capital de giro foi reduzida de 9,5% para 9%, e o montante que cada cooperativa pode tomar emprestado subiu 66%, de R\$ 60 milhões para R\$ 100 milhões.

O governo também elevou o preço mínimo para algumas commodities, com destaque para o milho. Contudo, o orçamento destinado aos programas que garantem esses preços ao produtor - como as Aquisições do Governo Federal, Contratos de Opção e Venda e Prêmios de Escoamento de Safra- subiu apenas marginalmente - de R\$ 5,2 bilhões para R\$ 5,4 bilhões. Além disso, ampliou de R\$ 253 milhões para R\$ 400 milhões o volume de recursos para subvenção ao prêmio do seguro rural.

Apesar dos avanços tímidos, o ministro Mendes Ribeiro classificou o novo plano de safra - o primeiro de sua até então criticada gestão - como o "maior e melhor da história". "Esse Plano Agrícola e Pecuário, com crédito rural, preço mínimo e seguro agrícola vai contribuir para que o Brasil contabilize a maior safra já produzida". Segundo ele, o Brasil poderá colher até 170 milhões de toneladas de grãos na próxima temporada.

Mendes Ribeiro encontrou eco na plateia. A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), declarou durante a cerimônia que o pacote representa uma "mudança de paradigma para o setor rural". "Muito mais importante que a queda dos juros e o aumento do volume de crédito, o novo modelo de política agrícola, baseado no seguro rural, na proteção do crédito e do patrimônio dos produtores, é um dos pontos mais significativos do plano", afirmou a presidente da CNA.

Em contrapartida, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Homero Pereira (PSD-MT) criticou a queda "tímida" dos juros e afirmou que o governo poderia ter feito uma redução maior. "O corte foi importante, mas por que não chegar a 4%?", questionou Pereira. Pereira elogiou, entretanto, o aumento da fatia de recursos com taxa de juro controlada.

"Recursos e juros menores são sempre bem-vindos, mas, precisam vir acompanhados de outras ações para atender o setor produtivo", ponderou Jorge Miranda, vice-presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso.

Governo disponibiliza mais recursos para produção sustentável – Site do MAPA. 28/06/2012

Um dos principais compromissos do governo, a produção agrícola sustentável, foi ainda mais fortalecida no Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013 anunciado nesta quinta-feira, dia 28 de junho, em Brasília. Criado em 2010, o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que incorpora todos os programas de investimentos voltados à produção eficiente com sustentabilidade, terá R\$ 3,4 bilhões na temporada 2012/2013. Além do aumento do volume de recursos disponibilizado, o produtor gastará menos na contratação do financiamento, por conta da redução na taxa de juro, de 5,5% para 5% ao ano, a menor fixada para o crédito rural destinado à agricultura empresarial.

O Plano Agrícola e Pecuário foi lançado pela presidenta Dilma Rousseff e pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, e ambos destacaram o empenho do governo para incentivar a agricultura sustentável. O acesso ao crédito também ficou mais fácil e produtores e cooperativas poderão contratar até R\$ 1 milhão por beneficiário, independentemente de outros créditos concedidos ao amparo de recursos controlados do crédito rural.

As linhas de crédito do Programa Agricultura de Baixo Carbono irão financiar a recuperação de áreas e de pastagens degradadas, implantação e ampliação de sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta, correção e adubação de solos, plantio e manutenção de florestas comerciais, adoção da agricultura orgânica, agricultura de precisão, recomposição de áreas de preservação permanente ou de reserva legal.

“Essas medidas de incentivo à produção agropecuária com preservação do meio ambiente colocam o Brasil na vanguarda do mundo. Estamos oferecendo melhores condições para que o produtor possa continuar a expandir a produção sempre com foco na sustentabilidade”, destacou Mendes Ribeiro. Para a presidenta, o Brasil mostra que é capaz de crescer com área relativamente reduzida, o que mostra que o aumento da produção não é incompatível com a preservação ambiental. “Conseguimos crescer 180% na produção e, na área, apenas 32%”, observou.

Alguns requisitos para obter o financiamento:

- nos financiamentos que englobem sistemas integrados lavoura-pecuária, lavoura-floresta, pecuária-floresta ou lavoura-pecuária-floresta, recuperação de pastagens, implantação de florestas comerciais e sistemas de plantio direto “na palha”, projeto técnico específico, assinado por profissional habilitado, contendo obrigatoriamente identificação do imóvel e da sua área total;
 - croqui descritivo e histórico de utilização da área do projeto a ser financiado contendo;
 - comprovantes de análise de solo e da respectiva recomendação agrônômica;
 - plano de manejo agropecuário, agroflorestal ou florestal, conforme o caso, da área do projeto;
 - comprovação de rentabilidade suficiente que assegure a quitação das obrigações inerentes aos financiamentos; entre outros.
-

Mais apoio ao médio produtor rural. Fernando Lopes – Valor Econômico. 29/06/2012

Os pesquisadores Ignez e Mauro Lopes, do IBRE/FGV: O programa Pronamp é um avanço necessário, mas não suficiente para preservar o médio produtor rural

Prioridade nos planos de safra oficiais desde o governo Lula, a chamada classe média rural também foi contemplada, nas diretrizes determinadas para temporada 2012/13, com aumento de recursos e redução de juros. Demandas antigas do setor, são medidas

que têm por objetivo proteger a categoria do processo de consolidação em curso no campo e preservar seu papel na ocupação de novas fronteiras agrícolas.

De acordo com especialistas, são ações de fato necessárias, tendo em vista o crescente interesse de investidores nacionais e estrangeiros em terras no país. Mas talvez não sejam suficientes em larga medida, em virtude da tendência de aumento dos custos de produção em si e, particularmente, dos maiores gastos ambientais e trabalhistas necessários para a manutenção de uma propriedade rural.

"Os pequenos podem recorrer ao Pronaf [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar] e, de alguma maneira, estão integrados a uma cadeia produtiva ou a uma cooperativa. Os grandes, em geral, estão bem e têm aproveitado a boa fase do setor. Mas os médios estão vulneráveis", afirmam Ignez e Mauro Lopes, casal de especialistas com larga experiência público e privada no setor que lideram o Centro de Estudos Agrícolas (CEA) do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Os pesquisadores observam que os médios, como os demais, têm despesas concentradas no uso de insumos importados, e defendem que eles deveriam contar com financiamento adequado para evitar o impacto das variações de custos no processo de adoção de tecnologia, necessário para sua transição para as classes de renda mais elevadas.

Para Ignez e Mauro Lopes, o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) é um avanço, mas que questões como educação, capacitação de mão de obra e acesso à assistência técnica também pesam sobre a competitividade da categoria e a tornam mais exposta ao assédio dos grandes.

Na safra 2012/13, que começará "oficialmente" no domingo, a renda bruta para enquadramento no Pronamp subiu de R\$ 700 mil para R\$ 800 mil por ano. O volume de recursos do programa subiu de R\$ 8,3 bilhões, em 2011/12, para R\$ 11,2 bilhões, divididos entre R\$ 7,2 bilhões para o custeio da safra e R\$ 4 bilhões para investimentos.

O valor destinado a investimentos é 90% superior ao do ciclo que se encerra, mas é difícil saber se o montante todo será de fato aplicado, o que em tempos de turbulências financeiras e maior rigor dos bancos com a liberação de crédito nem sempre acontece.

Também aumentou o limite de financiamento para custeio dos agricultores enquadrados no Pronamp, de R\$ 400 mil para R\$ 500 mil; para investimentos, o limite foi mantido em R\$ 300 mil. No programa, as taxas de juros foram reduzidas de 6,25% para 5% ao ano, segundo informações do Ministério da Agricultura.

Estudo recente do CEA, baseado no Censo Agropecuário de 2006, destacou os médios da chamada classe C como aqueles com renda líquida entre R\$ 947 e R\$ 4.083 por mês (valores da época) e donos de cerca de 800 mil propriedades. A classe A/B contava aproximadamente 300 mil propriedades em 2006, enquanto a C/D participava com 3,6 milhões.

O mesmo estudo também mostrou que a classe C respondia então por 13,6% do valor bruto da produção agropecuária no país, ante os 78,8% da classe A/B e os 7,6% da D/E.

A categoria também tinha a maior parte de sua renda (75%) gerada na produção. Para ser enquadrado no Pronamp, contudo, esse percentual tem de ser de, no mínimo, 80%.

Governo vai ampliar os recursos para agricultura. Folha de São Paulo, Mercado. 30/06/2012

Parte virá da liberação de depósitos bancários

O governo alterou as regras que determinam como os bancos têm de aplicar parte dos seus depósitos e, com isso, liberou R\$ 14,8 bilhões para o financiamento da safra agrícola 2012/2013.

Boa parte dos recursos, R\$ 10,2 bilhões, virá da liberação dos chamados depósitos compulsórios -montante que os bancos são obrigados a deixar depositado no Banco Central.

A alíquota do compulsório sobre os depósitos à vista, definida pelo Banco Central, cairá de 12% para 6%, segundo circular publicada ontem no "Diário Oficial da União". Mas as instituições financeiras poderão usar os recursos liberados somente para emprestar aos produtores.

Outros R\$ 3,6 bilhões virão do aumento da parcela da poupança rural que deve ser direcionada ao financiamento da safra. O percentual foi elevado de 68% para 75%.

Anteontem, o governo anunciou o que foi classificado como "o maior Plano Safra da história", no qual dará R\$ 115,25 bilhões de crédito agrícola para a safra 2012/2013, com redução média de 18,5% nas taxas de juros cobradas do produtor.

Os quase R\$ 15 bilhões liberados pelo CMN fazem parte desse montante, que é superior aos R\$ 107 bilhões liberados pelo governo federal para a safra anterior.

Segundo a presidente Dilma Rousseff, que delineou o plano com o ministro Mendes Ribeiro (Agricultura), o estímulo serve para mostrar que "a agricultura exerce um papel essencial" no enfrentamento da crise internacional, gerando emprego e renda.

As medidas beneficiam a agricultura empresarial, que responde por 25% do PIB (Produto Interno Bruto) do país. A quebra da safra de soja foi a principal responsável pela expansão de somente 0,2% no primeiro trimestre deste ano em relação aos últimos três meses de 2011.

O novo Plano Safra aumentou a parcela do dinheiro que terá juros controlados pelo governo (e subsidiados) em quase 20% na comparação com o do ano passado.

Os juros caíram para investimento, custeio e agricultura sustentável, e os limites de financiamento para custeio de produção também foram ampliados, de R\$ 650 mil para R\$ 800 mil por produtor.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor,
Jorge Romano, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf

Assistentes de Pesquisa

Catia Grisa, Karina Kato, Luiza Mariano de Lima Araujo,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

CPDA Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa